

# SUMÁRIO

## APRESENTAÇÃO, 23

GUSTAVO DA ROCHA SCHMIDT

### *Capítulo 1 – Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, 29*

1. Introdução .....	30
2. Distinção entre garantias, privilégios e preferências .....	31
3. Enumeração exemplificativa do rol de garantias do crédito tributário .....	34
4. Competência para legislar sobre as garantias do crédito tributário .....	36
5. Natureza imodificável do crédito tributário .....	37
6. O instituto do pagamento com sub-rogação e seus reflexos sobre as garantias do crédito tributário .....	38
7. A cessão do crédito tributário e a Resolução nº 33/2006 .....	40
8. A cessão do crédito tributário e seus reflexos sobre as garantias que o acompanham .....	45
9. O art. 184 do CTN e os bens gravados com ônus reais ou cláusula de impenhorabilidade ou de inalienabilidade .....	46
10. Irrelevância da data da constituição do ônus ou da garantia real .....	48
11. Conflito aparente entre o art. 184 do CTN e o art. 649, I, do CPC .....	50
12. Impenhorabilidade do bem de família .....	51
13. Inaplicabilidade do art. 184 do CTN à alienação fiduciária em garantia .....	53
14. Fraude à execução fiscal. Presunção relativa ou absoluta? .....	54
15. Fraude à execução e oneração de bens .....	58
16. Marco temporal em que se caracteriza a fraude à execução .....	59
17. Da indisponibilidade de bens e direitos do contribuinte que, citado em execução fiscal, não pagar e não forem localizados bens em seu nome .....	62
18. Concurso de preferências .....	64
19. O crédito tributário e os juízos universais .....	67
20. Execução fiscal e falência .....	68
21. Pode a Fazenda Pública requerer a falência de contribuinte? .....	71
22. Pode a Fazenda Pública habilitar seu crédito no juízo universal? .....	77



23. Inconstitucionalidade do concurso de preferências entre entes públicos, instituído pelo parágrafo único do art. 187 do CTN .....	79
24. Requisito fundamental para que se possa exercer a preferência instituída pelo parágrafo único do art. 187: concurso de credores ...	81
25. Créditos extraconcursais .....	84
26. Concurso entre crédito tributário e a remuneração do administrador judicial .....	88
27. A impugnação do crédito tributário pelas vias administrativa e judicial na hipótese referida no art. 188 do CTN .....	89
28. Créditos tributários vencidos em sede de inventário ou arrolamento .....	91
29. Créditos tributários vencidos em sede de liquidação judicial ou voluntária .....	92
30. Necessidade de quitação de todos os tributos para ter o falido a extinção de suas obrigações .....	93
31. Necessidade de prova da quitação de todos os tributos para a concessão do benefício da recuperação judicial .....	94
32. Quitação fiscal como requisito para a expedição formal de partilha ...	97
33. Regularidade fiscal como requisito para participar de licitações e contratar com o Poder Público .....	98
34. Doutrina de leitura obrigatória .....	104

## GUSTAVO DA ROCHA SCHMIDT

### *Capítulo 2 – Administração Tributária, 105*

1. Conceito .....	106
2. Respeito ao princípio da legalidade .....	106
3. Fiscalização tributária. Noção geral .....	107
4. Sigilo comercial .....	108
5. Apreensão de livros e documentos .....	112
6. Dever do contribuinte de conservar os livros obrigatórios até que ocorra a prescrição .....	115
7. Procedimento de fiscalização .....	116
8. Dever de prestar informações ao fisco .....	117
9. Sigilo bancário .....	119
10. Sigilo profissional .....	128
11. Sigilo fiscal .....	129
12. Informações fornecidas aos particulares em geral .....	131



13. Cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios .....	132
14. Troca de informações entre Estados estrangeiros .....	134
15. Auxílio de força pública .....	135
16. Doutrina de leitura obrigatória .....	136

**RODRIGO JACOBINA BOTELHO**

*Capítulo 3 – Certidão Negativa de Débitos Tributários – Aspectos Relevantes, 137*

I. Notas Iniciais .....	138
II. Espécies de Certidão .....	138
II.a. Certidão Positiva .....	139
II.b. Certidão Negativa .....	139
II.c. Certidão Positiva com Efeitos de Negativa .....	139
III. Expedição e Exigência da Certidão .....	140
IV. Notas Finais .....	150
V. Doutrina de Leitura Obrigatória .....	151

**RODRIGO JACOBINA BOTELHO**

*Capítulo 4 – Dívida Ativa Tributária, 153*

I. Noção inicial .....	154
II. Inscrição em Dívida Ativa Tributária .....	156
II.a. Requisitos da Inscrição .....	156
II.b. Vícios Sanáveis .....	164
III. Efeitos da Inscrição em Dívida Ativa .....	166
III.a. Aparelhamento da Execução Fiscal .....	166
III.b. Inversão do Ônus da Prova .....	167
III.c. Suspensão do Prazo Prescricional .....	168
IV. Doutrina de Leitura Obrigatória .....	170

**AURÉLIO PITANGA SEIXAS FILHO**

*Capítulo 5 – Princípios do Procedimento Administrativo para o Controle da Legalidade do Lançamento Tributário, 171*

1. Introdução .....	172
2. A Função da Autoridade Fiscal .....	173





3. Acertamento Tributário Administrativo .....	174
4. Lançamento Tributário .....	174
4.1. Acertamento Jurídico Formal .....	174
4.2. Ato Declaratório .....	176
4.3. Documento Representativo .....	176
5. Princípios que Regem a Função da Autoridade Fazendária .....	177
5.1. Legalidade Objetiva .....	177
5.1.1. Oficialidade .....	177
5.1.2. Imparcialidade .....	179
5.2. Verdade Material .....	183
5.2.1. Potestade de Investigação .....	183
5.2.2. Procedimento Informal .....	184
5.2.3. Procedimento Inquisitório .....	184
5.2.4. Dever de Comprovação não é Dever de Provar .....	186
6. A Discricionariedade Administrativa .....	187
7. A Preclusão da Ação Fiscalizadora .....	189
8. Controle da Legalidade do Lançamento Tributário .....	190
8.1. Pedido de Reconsideração .....	190
8.2. Recurso Administrativo Próprio .....	190
8.3. Recurso Impróprio .....	190
8.4. Conselho Paritário .....	191
8.5. Arbitragem Tributária .....	192
Livros recomendados .....	192

**RONALDO REDENSCHI**

*Capítulo 6 – Processo Administrativo Tributário*

*I, II e III, 193*

1. Introdução .....	194
2. Processo e Procedimento .....	194
3. Contencioso Tributário e as Relações entre o Processo Administrativo Tributário e o Processo Judicial .....	199
4. Dos Princípios Aplicáveis ao Processo Administrativo Tributário .....	202
4.1. Princípio do Devido Processo Legal e da Ampla Defesa .....	203
4.2. O Princípio da Legalidade e da Oficialidade .....	204
4.3. Princípio da Verdade Material .....	207
4.4. O Princípio da Motivação dos Atos Administrativos .....	208
4.5. Outros Princípios .....	209



5. Análise do Processo Administrativo Tributário no Âmbito Federal, Estadual e Municipal .....	210
5.1. O Processo Administrativo Federal .....	211
5.1.1. Considerações Gerais .....	211
5.1.2. Dos Atos e Termos Processuais .....	213
5.1.3. Dos Prazos .....	214
5.1.4. Das Intimações .....	216
5.1.5. Dos Atos Procedimentais e do Processo Litigioso em 1ª Instância .....	219
5.1.6. Da Fase Recursal .....	221
5.1.6.1. Da Garantia Recursal .....	223
5.1.6.2. Da Decisão de 2ª Instância e a Competência do Conselho de Contribuintes para a Declaração de Inconstitucionalidade de Ato Normativo .....	227
5.1.7. Da Instância Especial .....	230
5.1.7.1. Do Poder de Revisão Ministerial das Decisões Proferidas no Âmbito do Processo Administrativo Tributário .....	232
5.1.8. Do Processo Administrativo Tributário no Âmbito do INSS .....	237
5.1.9. Das Considerações Finais acerca do Processo Administrativo Tributário Federal .....	238
5.2. Processo Administrativo Tributário Estadual .....	238
5.2.1. Características Gerais .....	239
5.2.2. Do processo litigioso em 1ª instância .....	240
5.2.3. Da Fase Recursal – Conselho de Contribuintes e Instância Especial .....	240
5.2.4. Considerações Finais sobre o Processo Administrativo Tributário Estadual .....	243
5.3. Do Processo Administrativo Tributário Municipal .....	244
5.3.1. Aspectos Gerais .....	244
5.3.2. Do Processo Litigioso .....	245
5.3.3. Da Fase Recursal .....	246
5.3.4. Outros procedimentos .....	249
5.3.5. Considerações Finais sobre o Processo Administrativo Tributário Municipal .....	250
6. Doutrina de Leitura Obrigatória .....	250



## ÉRICO TEIXEIRA VINHOSA PINTO

### *Capítulo 7 – Compensação, 251*

1. Breve introdução .....	252
2. Da Lei nº 8.383/1991 .....	252
3. Da Lei nº 9.430/1996 .....	254
4. Da Medida provisória nº 66/2002, convertida na Lei nº 10.637/2002. Derrogação parcial do artigo 66 da Lei nº 8.383/1991 .....	254
5. Da Lei nº 9430/1996, com a redação dada pelas Leis nº 10.637/2002, nº 10.833/2003 e nº 11.051/2004 .....	255
5.1. Art. 74, § 1º (redação em vigor: MP 66/02, convertida na Lei nº 10.637/2002) .....	255
5.2. Art. 74, § 2º (redação em vigor: MP 66/02, convertida na Lei nº 10.637/2002) .....	256
5.3. Art. 74, § 4º (redação em vigor: MP 66/02, convertida na Lei nº 10.637/2002) .....	257
5.4. Art. 74, § 5º (redação dada pela MP 135/03, convertida na Lei nº 10.833/2003, atualmente em vigor) .....	257
5.5. Art. 74, §§ 6º, 7º e 8º (incluídos pela MP 135/03, convertida na Lei nº 10.833/2003, atualmente em vigor) .....	258
6. Dos recursos administrativos (Art. 74, §§ 9º, 10 e 11) .....	259
6.1. Dos recursos cabíveis contra a não-homologação da compensação. Da Manifestação de Inconformidade e do Recurso Inominado ao Conselho de Contribuintes .....	259
6.2. Da Competência .....	259
6.3. Dos recursos administrativos e do efeito suspensivo .....	260
6.4. Da compensação não declarada e dos recursos cabíveis .....	260
6.5. Dos créditos de terceiros .....	263
6.6. Dos créditos reconhecidos por decisão judicial. Créditos de terceiros .....	264
7. Conclusão .....	265
8. Bibliografia sugerida .....	266

## NILSON FURTADO DE OLIVEIRA FILHO

### *Capítulo 8 – Ações de Controle de Constitucionalidade na Área Tributária, 267*

1. Ações de Controle de Constitucionalidade na Área Tributária .....	268
--	-----





1.1. Introdução .....	268
1.2. Os Dois Modos de Controle de Constitucionalidade .....	269
1.3. Os Instrumentos de Controle da Constitucionalidade no Brasil ....	271
1.3.1. O Controle Difuso no Brasil .....	271
1.3.2. O Controle Concentrado no Brasil .....	272
1.3.3. Ação Direta de Inconstitucionalidade .....	272
1.3.3.1. Objeto .....	274
1.3.3.2. Procedimento .....	275
1.3.3.3. Medida Cautelar .....	276
1.3.4. Ação Declaratória de Constitucionalidade .....	277
1.3.4.1. Objeto .....	278
1.4. Os Efeitos da Decisão sobre Constitucionalidade das Normas na Área Tributária .....	279
2. Ação Civil Pública – Noções Gerais .....	288
2.1. Introdução .....	288
2.2. Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos .....	290
2.3. Da Utilização da Ação Civil Pública em Matéria Tributária .....	292
2.4. Da Expressa Vedação Legal ao Uso da Ação Civil Pública em Matéria Tributária .....	300
3. Medida Cautelar Fiscal .....	301
3.1. Noções Gerais .....	301
3.2. Pressupostos .....	302
3.3. Efeito .....	304
3.4. Procedimento .....	307
3.5. Provimento Liminar .....	308
4. Doutrina de Leitura Obrigatória .....	310

## SERGIO ANDRÉ ROCHA & MAURÍCIO PEREIRA FARO

### *Capítulo 9 – Ação de Repetição de Indébito, 311*

1. Introdução .....	312
2. Fundamentos da repetição de indébito: pagamento indevido ou a maior por erro ou em decorrência de exigência ilegítima da exação fiscal .....	315
3. Da ação de repetição de indébito .....	315
3.1. Interesse de agir .....	316

3.1.1. Necessidade do ajuizamento da ação quando seu fundamento for a inconstitucionalidade de lei tributária .....	316
3.1.2. Desnecessidade de pedido administrativo prévio .....	317
3.2. Da Legitimidade para pleitear a repetição do indébito .....	318
3.2.1. Legitimidade nos tributos diretos e indiretos .....	318
3.3. Prazo para a repetição do indébito .....	321
3.4. Eficácia e execução da sentença .....	326
4. Doutrina de Leitura Obrigatória .....	328

**PAULO ANDRÉ ESPIRITO SANTO**

*Capítulo 10 – A Ação de Consignação Tributária, 329*

I. Introdução .....	330
II. O Objeto da Ação Consignatória Tributária no Art. 164 do CTN .....	332
1) Os Incisos I e II .....	332
2) O Inciso III .....	334
III. O Objeto Específico da Consignação Tratada no Art. 164, § 1º, do CTN .....	336
IV. O Procedimento da Ação em Consignação Tributária .....	340
1) A Condição Especial da Ação Consignatória Prevista no Art. 890 do CPC .....	340
2) Legitimidade Ativa .....	341
3) Legitimidade Passiva .....	343
V. A Ação de Consignação e a Execução Fiscal .....	347
1) Contribuinte Residente no Município Desprovido de Vara Federal .....	354
VI. Efeitos da Decisão (Art. 164, § 2º) .....	357
VII. Doutrina de Leitura Obrigatória sobre o Assunto .....	359
VIII. Bibliografia .....	360

**CYNTHIA LEITE MARQUES**

*Capítulo 11 – Mandado de Segurança em Matéria Tributária, 361*

1. Noções Preliminares .....	362
2. Breve Histórico. Legislação Básica. Tratamento Sumular .....	363
2.1. Breve Histórico .....	363





2.2. Legislação Básica .....	364
2.3. Tratamento Sumular .....	365
3. Conceito e Natureza Jurídica. Cabimento .....	367
3.1. Conceito e Natureza Jurídica .....	367
3.2. Cabimento .....	368
4. Prazo. Partes. Competência .....	374
4.1. Prazo .....	374
4.2. Partes .....	376
4.3. Competência .....	378
5. Liminar. Natureza jurídica. Pressupostos. Vedações. Eficácia e efeitos da revogação. Suspensão .....	379
5.1. Natureza jurídica .....	379
5.2. Pressupostos .....	382
5.3. Vedações .....	383
5.4. Eficácia e efeitos da revogação .....	385
5.5. Suspensão .....	389
6. Liminar e depósito judicial .....	390
6.1. Depósito judicial .....	391
7. Mandado de segurança e compensação tributária – Análise do art. 170-A do CTN e da aparente contradição entre as Súmulas 212 e 213 do STJ .....	394
8. Sentença .....	400
9. Execução do julgado .....	400
10. Mandado de segurança coletivo .....	401
11. Doutrina de leitura obrigatória .....	403

**CARLOS GUILHERME FRANCOVICH LUGONES**

***Capítulo 12 – Ação Anulatória de Lançamento Fiscal, 405***

1. Objeto .....	406
2. Legitimidade .....	408
3. Interesse Processual .....	411
4. Ação Anulatória e Depósito Prévio .....	412
5. Execução Fiscal e Conexão .....	415
6. Da Prescrição .....	428
Doutrina de Leitura Obrigatória .....	429



FABRÍCIO FERNANDES DE CASTRO

*Capítulo 13 – Ação Declaratória de Inexistência de  
Relação Jurídica Tributária, 431*

1. Objeto .....	432
2. Legitimidade .....	434
3. Interesse processual .....	436
4. Execução fiscal e conexão .....	438
5. Doutrina e leitura obrigatória .....	442

RODOLFO KRONENBERG HARTMANN

*Capítulo 14 – Execução Fiscal, 443*

1. Introdução .....	444
2. Legitimação ativa e passiva. Litisconsórcio .....	444
3. Adequação da via eleita .....	447
4. O título executivo: a certidão da dívida ativa .....	448
5. Execução fiscal promovida em face do responsável tributário .....	449
6. O despacho liminar de conteúdo positivo ou negativo. Citação do executado .....	451
7. Garantia do juízo. Quebra de sigilo bancário. Bens absolutamente e relativamente impenhoráveis .....	454
8. Fraude à execução e fraude contra credores .....	458
9. Objeção de não-executividade .....	460
10. Embargos do executado. Compensação da dívida .....	461
11. Execução fiscal e ação anulatória de débito fiscal .....	464
12. Execução fiscal e falência do executado .....	467
13. Desistência e sucumbência .....	469
14. Suspensão do processo e prescrição .....	469
15. Sistemática recursal .....	470
16. Bibliografia .....	471
17. Leitura obrigatória .....	472

LEONARDO PIETRO ANTONELLI

*Capítulo 15 – Evasão, Elisão e Dissimulação  
do Art. 116, do CTN, 473*

1. Conceituação .....	474
-----------------------	-----



2. Modalidades de Planejamento Fiscal .....	476
3. Distinção Clássica e Ultrapassada de Elisão e Evasão e a Evolução Interpretativa do Direito Tributário .....	477
4. Evasão e Crimes contra a Ordem Tributária .....	480
5. Simulação Absoluta e Relativa .....	485
6. Abuso de Direito .....	489
7. MP 66 – Procedimentos Relativos à Norma Geral Antielisão .....	492
8. MP 66 – Sanções Antielisivas .....	493
9. Conclusões .....	494
10. Bibliografia .....	495

MARCUS ABRAHAM

*Capítulo 16 – O Planejamento Tributário, 497*

Introdução .....	498
1. O Planejamento Tributário .....	499
2. A Evasão e a Elisão Fiscal: distinções .....	503
3. As Normas Antielisivas: gerais e específicas .....	510
4. As Normas Antielisivas no Direito Estrangeiro .....	524
5. O Planejamento Fiscal em Espécie .....	535
6. Os Limites Legais do Planejamento Fiscal.....	544
Conclusão .....	549
Bibliografia .....	551

ANDRÉ DE SOUZA CARVALHO & ANDRÉ GOMES DE OLIVEIRA

*Capítulo 17 – Planejamento Tributário Internacional, 553*

1. Planejamento Tributário Internacional e a Prevenção da Utilização Abusiva das Convenções Internacionais para Evitar a Dupla Tributação da Renda .....	554
2. O Uso de <i>Conduit Companies</i> , <i>Stepping Stones</i> e <i>Base-Companies</i> no Planejamento Tributário Internacional .....	556
2.1. Descrição do Termo <i>Treaty Shopping</i> em Relação às <i>Conduit Companies</i> .....	556
2.2. Conceito e Utilização das <i>Stepping Stones</i> para a Redução da Renda Tributável no Exterior .....	557





2.3. Base companies: Conceito e Diferimento da Tributação Incidente sobre a Renda Auferida no Exterior .....	561
3. Cláusula de Beneficiário Efetivo .....	563
4. Cláusula de Limitação dos Benefícios (LOB) das Convenções em Matéria Tributária .....	565
5. Outras Formas de Combate ao Abuso no Direito Interno .....	571
5.1. O Regime dos Preços de Transferência e sua Instituição no Brasil .....	571
5.1.1. Operações Sujeitas ao Regime dos Preços de Transferência ..	574
5.1.1.1. O Conceito de Parte Relacionada .....	574
5.1.1.2. O Conceito de País de Tributação Favorecida .....	576
5.1.1.3. O Conceito de Regime Fiscal Privilegiado .....	578
5.1.2. O regime dos preços de transferência na importação e a apuração dos custos dos bens, serviços e direitos adquiridos no exterior .....	581
5.1.2.1. Método dos Preços Independentes (“PIC”) .....	581
5.1.2.2. Método do Preço de Revenda Menos Lucro (“PRL”) .....	583
5.1.2.3. Método do Custo de Produção mais Lucro (“CPL”) .....	586
5.1.3. Os Efeitos Produzidos pela Aplicação dos Métodos de Ajustes dos Preços de Transferência, quanto à Apuração das Bases de Cálculo do IRPJ e da CSLL .....	587
5.1.4. O Regime dos Preços de Transferência Aplicável às Operações de Exportação .....	589
5.1.4.1. Receitas Oriundas de Exportações para o Exterior .....	589
5.1.4.2. Método do Preço de Venda nas Exportações (“PVEEx”) .....	589
5.1.4.3. Método do Preço de Venda por Atacado no País de Destino, Diminuído do Lucro (“PVA”) .....	589
5.1.4.4. Método do Preço de Venda a Varejo no País de Destino, Diminuído do Lucro (“PVV”) .....	590
5.1.4.5. Método do Custo de Aquisição ou de Produção mais Tributos e Lucro (“CAP”) .....	590
5.1.5. Preços de Transferência e Juros .....	590



5.1.6. Regras de Salvaguarda ( <i>Safe Harbour</i> ) .....	591
5.2. A Utilização das <i>Base Companies</i> e as Normas CFC ( <i>Controlled Foreign Company Legislation</i> ) – Transparência Fiscal Internacional .....	592
5.2.1. Normas CFC no Brasil .....	594
5.2.2. Normas Brasileiras CFC e as Convenções Internacionais para Evitar a Dupla Tributação .....	595
5.2.3. Concurso das Normas Brasileiras CFC e de Preços de Transferência .....	598
5.3. Normas de Subcapitalização ( <i>Thin Capitalization Rules</i> ) .....	602
5.4. Imposição de Tratamento Fiscal Mais Oneroso às Operações Realizadas com Residentes em Países de Tributação Favorecida ou Regimes Fiscais Privilegiados .....	606
6. Bibliografia Recomendada .....	610

## ELIZABETE ROSA DE MELLO

### *Capítulo 18 – Infrações, Sanções e Penalidades Tributárias, 611*

1. Infrações Tributárias .....	612
1.1. Natureza jurídica. Violação de um dever jurídico .....	615
1.2. Objetividade do injusto tributário (CTN, artigo 136) .....	619
1.3. Responsabilidade (CTN, artigo 137) .....	621
2. Sanções Tributárias .....	622
2.1. Conceito .....	622
2.2. Princípio da legalidade .....	623
2.3. Classificação .....	624
3. Sanções Penais .....	624
3.1. Sanções penais <i>lato sensu</i> .....	624
3.1.1. Privação de liberdade .....	625
3.1.2. Privação de direitos .....	625
3.1.3. Perdimento de bens .....	625
3.2. Competência para legislar .....	626
4. Sanções Administrativas .....	626
4.1. Sanções administrativas <i>lato sensu</i> .....	626
4.2. Competência para legislar .....	626
5. Sanções Fiscais .....	627

5.1. Espécies de Sanções Cíveis .....	627
5.1.1. Multas fixas .....	627
5.1.2. Multas proporcionais .....	628
5.1.3. Multas moratórias ou multas de mora .....	628
5.1.3.1. Acréscimos, correção monetária e juros de mora .....	629
5.1.3.2. Multas moratórias e punitivas .....	630
5.1.3.3. Natureza administrativa da multa moratória .....	632
6. Penalidades Tributárias .....	632
6.1. Efeitos. Repressivo. Intimidatório. Preventivo .....	632
6.2. Limites. Qualitativo (penalidade pecuniária. Direito de defesa administrativa e judicial). Quantitativo (não-confiscatoriedade, CF/88 – artigo150 IV). Exclusão da antijuridicidade. Estado de necessidade. Exclusão de punibilidade, CTN, artigo 100, parágrafo único .....	633
6.2.1. Limite qualitativo da multa moratória .....	633
6.2.2. Infração de natureza continuada .....	634
6.2.3. Limite quantitativo da multa moratória .....	635
6.3. Extinção da punibilidade. CTN, artigos 156, IV e V, 180, 138 e 106 .....	638
6.3.1. Extinção da punibilidade pela extinção do crédito tributário (arts. 156, IV e V do CTN) .....	638
6.3.2. Extinção da punibilidade pela anistia (artigo180 do CTN) .....	638
6.3.3. Extinção da punibilidade pela denúncia espontânea da infração (artigo138 do CTN) .....	639
6.3.3.1. Multa moratória e denúncia espontânea .....	641
6.4. Extinção da punibilidade pela retroatividade benigna (artigo 106 do CTN) .....	643
6.5. Transferência ao sucessor e responsável .....	646
7. Questões Controvertidas. Jurisprudência .....	649
8. Doutrina de Leitura Obrigatória .....	651

## FABRÍCIO ANTONIO SOARES

### *Capítulo 19 – Crimes Tributários e Previdenciários, 653*

Parte 1: Crimes Tributários .....	654
1. Lei 4.729/65. Histórico .....	654





2. Lei 8.137/90. Tipo formal .....	656
3. Consumação e tentativa. Influência do processo administrativo-fiscal (PAF) no processo penal .....	671
4. Tipicidade material .....	692
5. Pena. Delação premiada e concurso de crimes .....	701
6. Medidas cautelares .....	705
7. Culpabilidade e sua exclusão. Dificuldades financeiras .....	705
8. Punibilidade. Suspensão da pretensão punitiva e extinção da punibilidade pelo pagamento (Refis/PAES) .....	711
9. Responsabilidade penal. Denúncia nos crimes societários .....	719
Doutrina de leitura obrigatória .....	727
Parte 2: Crimes Previdenciários .....	728
1. Introdução .....	728
2. A natureza do crime previsto no CP 168-A .....	729
3. Doutrina de leitura obrigatória .....	741

## JOSÉ MARIA PANOEIRO

### *Capítulo 20 – Crimes da Lei de Responsabilidade Fiscal, 743*

1. Introdução .....	744
2. Histórico .....	746
3. Denominação e Delimitação do Tema .....	749
4. A Lei Penal no Tempo. Norma Penal em Branco. A Temporariedade do Completo .....	749
5. Bem Jurídico Tutelado .....	753
6. Sujeito Ativo/Passivo .....	755
7. Tipos Penais: Objetivo/Subjetivo. Pena. Ação Penal .....	755
8. Conflito Aparente de Normas .....	756
9. Crimes em Espécie .....	761
10. Questões Processuais .....	792
11. Doutrina de Leitura Obrigatória .....	792

